



# SERJUSMIG

N O T Í C I A S

Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais - Nº 132 - Junho/Julho/Agosto de 2009

## ESTADO DE MOBILIZAÇÃO

**Diante do impasse envolvendo o pagamento da segunda parcela do reajuste dos servidores (7,5%), o SERJUSMIG convoca a categoria para reunião preparatória para uma Assembléia Geral.**

**Páginas 6 e 7**



**ADE é aprovado em mais uma Comissão, com emendas reivindicadas pelo SERJUSMIG.**

**Página 9**



**Audiências Públicas na ALMG discutem condições de trabalho nas Comarcas e o Assédio Moral.**

**Páginas 3 e 8**



**PEC 190: SERJUSMIG fortalece luta em Brasília.**

**Página 14**



**SERJUSMIG distribui Ações no Supremo em favor da aposentadoria especial a seus filiados. Página 4**

## Editorial

# Uma Lei criada para enganar a sociedade e privatizar o serviço público

**A** falácia da Lei de Responsabilidade Fiscal, criada com este nome pomposo só para impressionar e ganhar o apoio da sociedade, precisa ser desmascarada.

Editada em 2000 sob o argumento de impedir gastos irresponsáveis por parte dos gestores públicos, na prática, esta Lei não passa de um projeto de precarização, para posterior privatização do serviço público.

A Lei, dentre outros absurdos, estipula percentuais máximos de gastos com servidores, calculados sobre as receitas correntes líquidas dos Estados. Não considera, porém, a extensão e nem a necessidade de cada Estado, mas, tão somente sua arrecadação.

No caso do Judiciário, por exemplo, o percentual máximo permitido para gasto com pessoal é de 6% da receita do respectivo Estado.

Ora, é sabido que as estruturas dos Judiciários não são iguais em todo o País. O volume de processos, o número de servidores e de prédios de cada Judiciário diferencia de Estado para Estado. Em alguns, 6% da receita do Estado é suficiente, mas, para outros não, como é o caso do Judiciário mineiro.

Assim, é responsabilidade fiscal estipular um percentual idêntico para os Judiciários dos Estados gastarem com a folha de pessoal sem considerar as especificidades e necessidades de cada um daqueles?

É responsabilidade Fiscal não determinar de que forma o volume de recursos financeiros será dividido entre os Servidores e os membros do Poder? Ou seja, sem impedir que o 1º escalão

seja privilegiado em detrimento dos trabalhadores comuns?

É responsabilidade fiscal proibir a reposição de pessoal quando o gasto está no limite fixado, sem considerar o crescimento da demanda e provocar prejuízo à prestação jurisdicional?

Achatar os salários dos trabalhadores, promovendo perdas no poder aquisitivo e negar direitos, como adicionais de periculosidade e insalubridade garantidos na Constituição Federal, só para manter as despesas dentro do permitido é responsabilidade fiscal?

A responsabilidade fiscal apregoa, na prática, nada mais é do que um artifício para esconder a irresponsabilidade social.

O serviço público vem perdendo profissionais de qualidade e atendendo de forma precária à sociedade em nome da responsabilidade fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não impediu construções faraônicas, privilégio a cargos do alto escalão, utilização de recursos com propaganda enganosa e nem outros desmandos.

Na prática, impede apenas os trabalhadores de terem condições dignas de trabalho e de vida, e a sociedade, de ter acesso a um serviço público de qualidade.

Diante deste fato, ou o movimento sindical das entidades representativas dos Servidores Públicos se une para desmascarar, definitivamente, esta falácia, ou prevalecerá a vontade dos mentores daquela Lei, de por fim ao Serviço Público, em prol da privatização.

**Sandra Silvestrini**  
Presidente

## Servidores novatos conquistam estabilidade

No dia 26 de junho do ano de 2006, cerca de 5.500 novos servidores tomaram posse no TJMG, após enfrentarem, com êxito, o desafio da aprovação em um concurso público que contou com mais de 180 mil inscritos.

Passados três anos da posse, no dia 26 de junho de 2009 estes novos companheiros venceram mais um desafio: alcançaram a estabilidade.

O SERJUSMIG parabeniza a todos e deseja que a vitória seja apenas uma dentre tantas outras que haverão de alcançar.

## Prazo de inscrições para o concurso de monografias é prorrogado

O Núcleo Intersindical de Humanização do Trabalho no Âmbito do Serviço Público prorrogou o prazo para as inscrições do 1º Concurso de Monografias para até o dia 15 de outubro de 2009.

Com a prorrogação das inscrições, também foram modificadas as datas para o julgamento dos trabalhos, que se fará até o dia 20/11/2009; a divulgação dos resultados, que acontecerá no dia 23/11/2009 e a entrega dos prêmios, que será no dia 30/11/2009.

Servidor, não deixe de participar. Encaminhe sua monografia ao seu sindicato até o dia 15 de outubro.

Vale lembrar que o vencedor ganhará um prêmio no valor de 5 mil reais.

**SERJUSMIG**  
NOTÍCIAS

Sandra Margareth Silvestrini de Souza  
Presidente  
Luiz Fernando Pereira Souza  
1º Vice-Presidente  
Rui Viana da Silva  
2º Vice-Presidente  
Joyce Kelly Martins  
3º Vice-Presidente  
Cláudio de Andrade  
Diretor Financeiro

Tatiana Correia Borges  
Sub Diretora Financeira  
Théo Lellis Alves Nardelli  
Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura  
Willer Luciano Ferreira  
Sub -Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura  
Denise Silvestrini de Campos  
Diretora Secretária  
Amauri Debussi  
Sub Diretor Secretário

Simone Salgado Rodrigues Gomes  
Diretora de Relações Públicas, Promoções e Eventos  
Cleber Batista de Oliveira  
Sub Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos  
Ana Maria Gomes de Souza Bertelli  
Diretora Social  
Kátia Maria Rabelo  
Sub Diretora Social

### Conselho Fiscal:

**Efetivos**  
Maria Auxiliadora de Souza Teixeira  
Luciano César  
José de Queiroz Toledo  
Enio de Senna Gomes Jr.  
Ivana de Lourdes Reis da Silva  
Antônio Anselmo de Sousa  
Jorcelina Aparecida Ferreira

**Suplentes**  
Jorge Antônio de Almeida  
Maria Rosa Ribeiro Batista  
Denise Gomes Soares  
Monalisa Rocha Taveira  
Senira Regina Rocha  
Jaqueline Campos Paulino

**Jornalista responsável:**  
Ariane Rosa Dias  
MTB: MG 0699450 JP

**Redação:**  
Ariane Rosa Dias,  
Naiane Almeida  
Fone: (31) 3025-3515  
**Fotos:** Ariane Dias, Naiane Almeida e Franklin de Almeida

**Estagiária:** Naiane Almeida

**Editoração Eletrônica:**  
Aluizio Viana - 9715-0455  
E-mail: aluizioviana@gmail.com  
**Impressão:** FUMARC  
Tiragem: 9 mil exemplares



# SERJUSMIG participa da reunião da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

O SERJUSMIG participou, na quinta-feira (13/08/09), da reunião realizada pela Comissão Especial da Execução das Penas no Estado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na ocasião, a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, relatou as dificuldades enfrentadas pelos Servidores no exercício de suas funções, tais quais: espaço físico inadequado, falta de equipamentos e, principalmente, baixo número de funcionários para cuidar de tantos processos.

A reunião para ouvir o Sindicato foi requerida pelo presidente da comissão, deputado João Leite (PSDB), e pelos deputados Adelmo Carneiro Leão (PT) e Neider Moreira (PPS).

Sandra apresentou dados ao deputado João Leite relativos às condições precárias de trabalho vivenciadas por milhares de servidores da Justiça de 1ª instância, denunciando que, embora haja grande esforço por parte dos funcionários, o imenso volume de processos, aliado à falta de condições para exercício das funções, impedem que consigam dar vazão à demanda. Exemplificando, a presidente citou a comarca de Igarapé, que em 2005 eram 279 processos em andamento e atualmente este número chega a 3.800, sendo que o número de servidores não mudou na proporção do aumento da demanda.

A presidente do Sindicato relatou a situação difícil de trabalho enfrentada por Servidores de outras comarcas, dentre as quais: Ibirité, Montes Claros e Ribeirão das Neves. Denunciou também que no fórum de Coromandel a situação é tão precária que não há sequer circulação de ar e o cheiro de mofo é fortíssimo, sendo que pedaços de papelão são colocados sobre o chão para tentar tampar os tacos soltos. Em relação à Neves, esclareceu que após reforma do TJMG houve um aumento insignificante do espaço interno da secretaria da VEC, não sendo o necessário para comportar os móveis, equipamentos, processos e servidores, com dignidade.

Sandra alertou para o fato de estas condições de trabalho provocarem alto índice de adoecimento nos Servidores, muitos dos quais, de acordo com a mesma, além de trabalharem nestas condições, prolongam a jornada para fora do horário normal, aumentando os casos de estresse e de afastamento por doença, o que em sua análise piora ainda mais o problema. Acrescentou que não há pagamento de hora-extra na justiça de 1ª Instância a esses servidores.

A representante sindical criticou a "tendência" do Judiciário de punir os Servidores ao invés de solucionar os problemas. Lembrou que quanto maior a demanda imposta a um Servidor, mais chances ele tem de errar, mas essa situação é desconsiderada e normalmente



*Presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, relata condições de trabalho nas comarcas de Minas*

são abertos processos administrativos contra os Servidores numa maneira de não atacar o problema e passar a falsa impressão de que o está fazendo.

Finalizando sua explanação, a presidente alertou ao deputado que qualquer medida que venha a ser tomada pelas autoridades públicas do Estado, que não passe pela garantia de melhores condições de trabalho dos servidores, não resultará na solução do problema relativo à Execução das Penas.

## Servidora de Ibirité deixa o seu depoimento

Ao final da reunião da Comissão, o deputado convidou a Oficiala de Apoio, Luciana de Carvalho Rodrigues, da Comarca de Ibirité, que acompanhava a discussão na galeria do plenarinho IV para prestar seu depoimento.

Luciana descreveu a situação de trabalho dos servidores de sua Comarca, em especial da Vara de Execuções, onde de acordo com a mesma, trabalham no "limite". Segundo Luciana,

os equipamentos de informática são em número insuficiente, não há espaço nas secretarias e os funcionários são em número reduzido, sendo impossível dar conta das centenas de processos. Aliado às medidas para regularizar este quadro, Luciana acrescentou que o programa de informática utilizado atualmente precisa ser aprimorado.

O deputado João Leite, após ouvir o relato da Presidente do SERJUSMIG e da Servidora da Comarca de Ibirité, informou que a Comissão de Segurança Pública da ALMG, da qual é presidente, haveria iniciado recentemente uma série de visitas às 16 regiões

integradas de segurança pública de Minas. A primeira foi em Uberaba e as próximas cidades a receberem a comissão serão Montes Claros e Patos de Minas.

Encerrando a audiência, o parlamentar disse que incluirá as denúncias colhidas na audiência pública no relatório que sua comissão está elaborando sobre a situação carcerária do estado.



*Em depoimento emocionado, a servidora de Ibirité, Luciana de Carvalho Rodrigues, relata as dificuldades na rotina de trabalho da Comarca*

## Sindicato pede apoio de parlamentar

No dia 16 de julho, os diretores do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini e Rui Viana, estiveram reunidos com o deputado João Leite a fim de solicitar apoio do parlamentar no que se refere às condições de trabalhos dos servidores em algumas comarcas do estado.

Na ocasião, o SERJUSMIG apresentou fotos e relatórios acerca da situação da comarca de Ribeirão das Neves.

Como presidente da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, João Leite convidou a entidade a participar de uma reunião da Comissão, marcada para 13/08.



*Dep. João Leite recebe denúncias dos diretores do SERJUSMIG e se compromete a interceder em favor dos servidores*

## JURÍDICO SERJUSMIG INFORMA

## Aposentadoria Especial

**SERJUSMIG distribui Mandados de Injunção no Supremo**

O SERJUSMIG distribuiu, no Supremo Tribunal Federal, no dia 13/08, quatro Mandados de Injunção (MIs) pleiteando o direito à aposentadorias especiais aos seus filiados Assistentes Sociais, Psicólogos, Comissários da Infância e da Juventude e Oficiais de Justiça.

O fundamento das Ações é o direito constitucional conferido pelo artigo 40, §4º, inciso II, que prevê a criação de requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores submetidos à atividade de risco. Face à não edição, até a presente data, da lei complementar determinada, o SERJUSMIG busca do STF o suprimento desta lacuna.

Foram distribuídos quatro Mandados de Injunção, cada um contemplando uma classe de servidores, os quais receberam os respectivos números e relatores:

Assistentes Sociais MI nº 1707 - relator: Ministro Celso de Mello

Psicólogos - MI nº 1708 - relator: Ministro Carlos Britto

Comissários MI nº 1705 - relator: Ministro Ricardo Lewandowski

Oficiais de Justiça: MI nº 1706 - relator: Ministra Carmem Lúcia



*Os vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, e o advogado Dr. Guilherme Versiani Gusmão Fonseca protocolam mandados de injunção no STF*

Em caso de êxito no julgamento, os Servidores detentores destes cargos poderão requerer aposentadoria especial com 15, ou, sucessivamente, 20 anos de atividade.

É grande a expectativa de êxito do SERJUSMIG, posto já haver vários processos de sindicatos e associações tramitando no Supremo sobre a mesma questão, com precedentes favoráveis.

## Vitória

**SERJUSMIG alcança êxito em Ação Judicial sobre pagamento da URV do Eleitoral**

No último dia 17 de julho, a Justiça Federal de Minas Gerais julgou procedente o pedido do SERJUSMIG na Ação Coletiva que ajuizou, e determinou o pagamento das diferenças salariais advindas da conversão da URV em março de 1994 (11,98%), aos Servidores do Judiciário que prestaram serviços à Justiça eleitoral.

Em setembro de 2006, o SERJUSMIG ajuizou Ação Ordinária em face da União Federal, postulando o pagamento das diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda em março de 1994 (11,98%), referentes aos exercícios de 1995 e 1997.

O processo de nº 2006.38.00.029379-5 corre

na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

De acordo com a sentença da Juíza, a União deverá pagar as diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda em URV em março de 1994 (11,98%), referentes aos exercícios de 1995 e 1997, com correção monetária nos índices legais, a partir de cada prestação mensal vencida; bem como aplicação de juros moratórios mensais, na taxa de 0,5%, tendo em vista a MP 2.180-35/2001.

Assim, a sentença reconheceu o direito dos servidores do TJMG que prestaram trabalho à Justiça Eleitoral ao recebimento da diferença da URV.

**Pedido Administrativo requer reembolso do IR em período de licença-saúde**

Conforme matéria publicada no Jornal Serjusmig Notícias nº131, o SERJUSMIG disponibilizou mais um procedimento a fim de garantir os direitos de seus filiados, no caso, os que estiverem afastados das atividades por motivo de licença-saúde.

Trata-se de um requerimento administrativo distribuído junto ao TJMG, no qual se pleiteia o reembolso do valor descontado dos contracheques durante o período da licença-saúde, relativos ao

imposto de renda.

Caso não alcance êxito no pedido administrativo, o SERJUSMIG ingressará com uma Ação Judicial.

Os servidores que estiveram ou estão em licença-saúde, podem procurar o departamento jurídico do SERJUSMIG (31) 3025-3512 / 3025-3509 ou acessar o link Ações Judiciais do site [www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br) e se informar sobre os procedimentos necessários.

**Sindicato interpõe Mandado de Segurança em favor dos substitutos**

Desde que o TJMG regulamentou o Plano de Carreiras dos Servidores por meio da Resolução 367/01, o SERJUSMIG trava uma luta contínua para que os Oficiais de Apoio que substituem o Escrivão ou o Contador (cargo de Oficial de Apoio Judicial B) recebam com base no padrão inicial deste cargo, qual seja: PJ64 até dezembro de 2006 e PJ70 de janeiro de 2007 até a presente data.

Neste sentido, realizou diversas reuniões nos setores competentes do Tribunal para tratar sobre a matéria, enviou requerimentos, demonstrou os prejuízos causados aos substitutos e a inconstitucionalidade do art. 51 da Resolução 367/01 ao instituir, por meio de um ato administrativo normativo infralegal um novo requisito para a transformação do cargo de Técnico de Apoio Judicial em Oficial de Apoio Judicial B, que não aquele determinado no art. 2º da Lei 13467/00.

De acordo com o art. 2º da Lei 13467/00, o cargo de Técnico de Apoio Judicial se transforma em Oficial de Apoio Judicial B, com a simples vacância. Portanto, quem substitui este cargo vago, no entendimento do SERJUSMIG, não está substituindo um cargo de Técnico de Apoio Judicial e sim de Oficial de Apoio Judicial B.

Porém, no entendimento do TJMG, este cargo vago de Técnico de Apoio Judicial só se transforma em um cargo de Oficial de Apoio B após algum Oficial de Apoio Judicial C haver sido promovido para a Classe B de sua carreira.

Ou seja, por meio de Resolução, o TJMG criou um novo requisito para a transformação do cargo de Técnico de Apoio Judicial em Oficial de Apoio Judicial B, que não o previsto em Lei: vacância. Este fato prejudica o direito dos Servidores substitutos de receberem pela substituição nos padrões PJ64 (até dezembro de 2006) e PJ70 de janeiro de 2007 em diante.

A última tentativa do SERJUSMIG de conseguir que o TJ corrigisse esse erro foi a distribuição de um Recurso Administrativo e reunião com a Diretoria Executiva da EJEF, porém, o pedido foi indeferido sob o argumento, em síntese, de que não há ilegalidade no artigo 51 da Resolução 367/01 e de que o Oficial de Apoio Judicial só faz jus ao padrão inicial do cargo de Oficial de Apoio Judicial B quando passa pela promoção vertical para esta classe. Ou seja, fez confundir dois institutos diferentes: Promoção Vertical à Classe B do cargo de Oficial de Apoio e substituição deste mesmo cargo.

Uma vez esgotados, no âmbito administrativo, todos os recursos, o SERJUSMIG distribuiu, no dia último dia 18/6, Mandado de Segurança, o qual recebeu o número 10000094997137000.

O SERJUSMIG espera, com isso, ver respeitado o direito dos Servidores substitutos dos cargos de Oficial de Apoio B de receberem nos padrões pertinentes à substituição deste cargo e não nos do cargo de Técnico de Apoio Judicial.

# SERJUSMIG leva ao presidente do TJMG sua preocupação com a Comarca de Ribeirão das Neves

**P**reocupados com a situação enfrentada pelos Servidores da Vara de Execuções Criminais (VEC) da Comarca de Ribeirão das Neves, o Serjusmig reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, no dia 15/6, ao qual relatou a situação crítica da Comarca e reivindicou providências.

No dia 11 de maio, o MGTV, 2ª edição, apresentou uma matéria realizada no fórum da Comarca de Ribeirão das Neves, na qual noticiou a grave situação da Comarca. O vídeo sobre a matéria pode ser assistido no site do sindicato [www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br).

A Comarca foi visitada por várias autoridades do Estado, dentre elas o presidente do TJMG, o corregedor-geral de Justiça e os oito juízes corregedores, além de assessores e deputados estaduais.

No dia 9 de junho, o SERJUSMIG foi até Neves conferir as medidas que haveriam sido tomadas e as condições em que os Servidores se encontravam após a denúncia da mídia e visitas das autoridades.

## Abandono total

Passados mais de trinta dias da reportagem, lamentavelmente, o que o Sindicato constatou na visita foi que a situação continuava "gravíssima". Testemunhou, exatamente como na época da matéria, Servidores que tomaram posse em abril deste ano trabalhando em um corredor no qual as laterais são abertas, deixando-os expostos ao tempo; em mesas improvisadas; tendo que percorrer vários metros para chegar à secretaria da VEC a fim de buscarem e levarem processos para suas mesas de trabalho; sem computadores, o que os obrigava a dividir os únicos cinco terminais com os demais servidores (total de quinze servidores).

A obra inicialmente anunciada pelo Tribunal, que teria como objetivo aumentar o espaço físico, consistindo na derrubada das paredes para interligar as três microsalas que abrigam a VEC e o corredor, foi substituída pela abertura de duas pequenas portas e o fechamento dos acessos laterais do corredor, interligando-o à uma das salas.



*Servidores trabalham sem computadores em meio a pilhas de processos*



*Sem espaço suficiente, servidores trabalham em corredor improvisado*



*Atendimento às partes é feito através de janelas com grades*

## Servidores se esforçam

A Escrivã, como testemunhou o Sindicato, envida todos os esforços para enfrentar o problema, sendo certo que para tanto não conta com os equipamentos e espaço físico necessários e, ainda, embora tenham sido lotados dez novos Servidores para ajudar a dar conta do imenso volume de serviço, estes não haviam recebido o treinamento necessário (curso sobre as atividades da Secretaria, incluindo atos de ofício e módulos da VEC).

Sem espaço adequado, os processos têm que ser distribuídos por quatro "minicômodos": três microsalas e um corredor. São improvisadas "estantes", colocando-se mesas de computadores em cima das mesas de trabalho dos funcionários, e, ainda assim, não sendo suficiente, o chão, as mesas, e todo e qualquer espaço é aproveitado para guardá-los. É quase impossível transitar dentro dos "cubículos".

O local é visivelmente insalubre, faltando, inclusive, circulação de ar. Mas, mesmo sob esta situação desumana, a Escrivã e os Oficiais de Apoio têm se desdobrado para, na medida do possível, prestar um bom serviço à sociedade.

A Escrivã relatou este fato por diversas vezes ao TJMG.

O fato é que as providências tomadas até aqui não solucionam o problema e, quanto mais o tempo passa, pior pode ficar. Ademais, há o anúncio de que a população carcerária da Comarca aumentará em mais três mil, o que, no quadro atual, levará a Comarca ao caos definitivo.

É preciso uma atenção especial e "apoio" aos Servidores, que passam por estas dificuldades, alheias à vontade e à responsabilidade destes, mas sim decorrentes da ausência do Estado.

O des. Sérgio Resende assegurou ao SERJUSMIG durante a reunião que há negociações entre TJ e Governo mineiro, no sentido de tentar solucionar a questão.

## Sindicato solicita treinamentos para os servidores da 1ª Instância

Na tarde do dia 22/6, o SERJUSMIG reuniu-se com o desembargador Reynaldo Ximenes, vice-presidente do TJMG e superintendente da EJEF, ao qual solicitou a realização de novos treinamentos para Servidores da Justiça de 1ª Instância.

O sindicato reiterou ao superintendente da EJEF a necessidade da realização de um treinamento específico para os Comissários efetivos da Infância e da Juventude do Estado e Minas Gerais, e, ainda, para os Contadores Judiciais.

O Superintendente da EJEF informou que o curso destinado aos Contadores já está autorizado pelo mesmo e os preparativos já em fase final.

Em relação ao curso destinado aos Comissários da Infância e da Juventude (efetivos), Reynaldo Ximenes apoiou de pronto a ideia e solicitou ao SERJUSMIG que encaminhasse o pedido por meio de um ofício, o que foi providenciado no dia seguinte à reunião.



*SERJUSMIG reivindica treinamento para os servidores em caráter de urgência*

### Ribeirão das Neves

Ainda no esforço concentrado para buscar solução para o caos instalado na Comarca de Neves, o Sindicato relatou ao desembargador acerca da visita que a entidade realizou à Vara de Execuções Criminais (VEC) e a constatação de que os Servidores novatos, empossados

em abril deste ano, necessitavam de um treinamento intensivo, contemplando atos de ofício e módulos da VEC, para terem melhor condição de atender à imensa demanda da Vara, desempenhando da melhor forma possível os trabalhos.

O desembargador asseverou que iria determinar a realização do treinamento por entender a necessidade e a urgência que o caso requer.

Em agosto, o SERJUSMIG foi informado por Servidores da Comarca que os novatos receberam o treinamento, que a obra trouxe uma melhoria muito modesta e que os computadores continuam em número de cinco, para utilização dos quinze funcionários.

O sindicato apresentou esta situação na Comissão Especial da Execução das Penas no Estado em audiência pública. (veja matéria completa na página 3)

# SERJUSMIG persiste em ações para

**A**ntes mesmo do dia em que deveria iniciar-se o pagamento dos 7,5% de reajuste dos Servidores, ou seja, no contracheque relativo a julho, depositado na conta do servidor no primeiro dia útil de agosto, o SERJUSMIG já desenvolvia várias ações em defesa de sua efetiva implementação.

Isso porque, conforme anunciado desde a época da negociação e votação do projeto do reajuste, o índice aprovado (negociado com o TJMG pelos Sindicatos SERJUSMIG e Sinjus), estava acima do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para gastos com pessoal pelo Poder Judiciário dos Estados (5.614% da receita corrente líquida do Estado, pelo que, estaria atrelado ao crescimento da arrecadação do Estado).

O fato é que o comportamento da receita do Estado, que nos últimos anos sempre superava as "previsões de arrecadação apresentadas pelo Executivo", em 2009, em função da crise financeira mundial, até então, não se repetiu.

Por isso, o SERJUSMIG, além de se associar ao Dieese para acompanhar, sob orientação técnica especializada, os números da receita do Estado e dos gastos do TJ com pessoal, dentre outras ações, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende em várias oportunidades, sendo os últimos encontros no dia 1º de julho e 18 de agosto, e, também, com técnicos da Secretaria de Planejamento da Casa, em 7 de agosto.

## Em reunião com o presidente do TJMG

Em todas as reuniões, após longas discussões, não foi possível obter da administração do TJMG a definição da data de implementação do reajuste na folha de pagamento.

As explicações do presidente e também da secretaria de planejamento são de inviabilidade legal da implementação, face à proibição imposta pela LRF de se ultrapassar o limite de gastos com pessoal, que no caso do Judiciário é 5.614% sobre a RCL do Estado.

De acordo com o presidente do TJMG, ao reafirmar que honrar esse compromisso é uma prioridade de seu mandato, todos os esforços estariam sendo empreendidos, por meio de exaustivas reuniões com o Executivo, além de estudos e tomada de medidas internas para solucionar o problema.

Na reunião realizada no último dia 18/8, os Sindicatos voltaram a reivindicar, além de todo o empenho na solução do reajuste, que o presidente remeta o PL instituindo a database. O desembargador, em relação ao reajuste, garantiu que irá



*Presidente afirma, em 01/07, ter recursos financeiros para pagar seis parcelas do reajuste, mas não ter margem orçamentária dentro da lei de responsabilidade fiscal*



*Sindicato se reúne, no dia 07/08, com técnicos da Seplag para tratar sobre pagamento do reajuste de 7,5%*

fazer de tudo para implementá-lo em sua gestão. E, quanto a data base, voltou a manifestar-se favorável, questionando à secretária de planejamento sobre os trâmites deste procedimento.

## Reajuste não estava previsto no orçamento 2009 e nem estará no de 2010

A diretora executiva da Seplag, Maria Cecília Belo, por sua vez, esclareceu que o reajuste não estava previsto no orçamento do judiciário por completa inviabilidade legal.

Informou que, quando, em agosto de 2008, o Executivo encaminhou ao TJMG a previsão de quanto seria a arrecadação

líquida do Estado em 2009, caso o TJ lançasse em sua previsão orçamentária o reajuste, esta extrapolaria o limite permitido na LRF para gastos com pessoal e, portanto, não seria aprovada pelo Executivo e Legislativo.

Este fato se repete em relação à previsão orçamentária do TJMG para o ano de 2010, pelos mesmos motivos, já que de acordo com ofício enviado ao TJMG (apresentado ao SERJUSMIG) o Governo projeta que a RCL do Estado para o ano de 2010 ficará em R\$29.227.985.116, valor sobre o qual, se lançado o percentual de reajuste, extrapola o limite permitido ao Judiciário para gastos com pessoal (5.614%).

Cecília esclareceu ainda que, quando a Corte Superior do TJMG aprovou o PL do reajuste e o encaminhou à ALMG o cenário era diferente, pois havia a expectativa de crescimento da receita do Estado em 2009. Mediante o crescimento esperado, bastava implementar o reajuste por meio da suplementação de orçamento, explicou.

Porém, lamentou que a crise financeira mundial tenha feito com que esta expectativa de crescimento da receita não se concretizasse até o momento.

Porém, lamentou que a crise financeira mundial tenha feito com que esta expectativa de crescimento da receita não se concretizasse até o momento.

# implementação do reajuste de 7,5%

## Sinais de perda da força da crise só devem ser sentidos no 3º quadrimestre

A apuração das despesas e receitas públicas, por força da Lei, é feita quadrimestralmente. Para a SEPLAG/TJMG, qualquer reflexo positivo da perda da força da crise financeira nas contas do Estado só deve aparecer na apuração do terceiro quadrimestre.

## Presidente do TJMG vai pessoalmente ao Executivo tentar solucionar a questão

O Presidente do TJMG confirmou que teria ido pessoalmente ao Executivo, onde reuniu-se com o vice-governador, Antônio Augusto Anastásia para tentar solucionar o impasse.

No encontro com o vice-governador, o presidente apontou condições financeiras do TJ - por meio do remanejamento de verbas de seu orçamento - de pagar os seis meses deste ano, para tanto, necessitaria apenas de limite orçamentário. Mas, o Governo respondeu que sem o crescimento da receita não poderá suplementar o orçamento.

Assim sendo, o que ficou garantido, até então, foi a inclusão no orçamento do ano que vem, na rubrica "restos de exercícios anteriores", do valor necessário para que o TJ pague, em janeiro, de uma única vez, os seis meses de reajuste (junho a dezembro de 2009).

Mas, como a despesa com reajuste tem caráter continuado, o TJ necessita de suplementação orçamentária para garantir a continuidade do pagamento.



*Sindicato se reúne mais uma vez (18/08) com o presidente e volta a reivindicar empenho na solução do reajuste*

## Em pauta, outras reivindicações da categoria

Outros assuntos de interesse dos Servidores foram debatidos pelo SERJUSMIG nas reuniões. Veja abaixo alguns deles.

### ADE

Em relação ao ADE, a SEPLAG garantiu haver previsão dos valores para pagamento no orçamento do ano que vem.

### URV

Por meio do projeto de suplementação orçamentária PL 3500/2009 (remanejamento de verbas próprias), o TJMG, além de buscar garantir os recursos para quitar os 7,5% dos Servidores (caso a receita permita limite orçamentário), busca também obter condições legais de pagar 12 parcelas

retroativas da URV a magistrados e servidores, além de 6 parcelas referentes a diferenças de subsídio.

De acordo com o Presidente e a Diretora, caso aprovado o PL da suplementação, o pagamento imediato das parcelas da URV e subsídios é possível porque, em se tratando de restos de exercícios anteriores, os valores não entram no limite de gastos com pessoal (5,614%). (a aprovação do Projeto aconteceu dias após a reunião)

## Governo não reajustará verba custeio

A verba custeio, destinada a pagar, dentre outros, vale-lanche, diligências, contratos de obras, locação de serviços de conservação e limpeza, de apoio administrativo, tarifas públicas, dentre outros, não será reajustada para 2010.

Esta é uma situação inaceitável. Afinal de contas, nos anos anteriores o Governo vem reajustando a verba no limite de 4,5%, percentual que o SERJUSMIG já considera insuficiente.

Sem o reajustamento, de acordo com a SEPLAG, o TJ, então, terá que complementar, com recursos próprios, gastos desta natureza, tendo, para tanto, que se valer do resultado das medidas de economia adotadas, já que, como é sabido, todas as tarifas públicas e contratos sofrerão reajuste, enquanto a verba custeio estará congelada.

## 20% de gratificação a Escrivães e Contadores

TJ reconhece a justiça desta reivindicação e o presidente quer implementá-la antes de encerrar seu mandato.

## SERJUSMIG vai deliberar com a categoria sobre organização da luta em defesa do reajuste

O SERJUSMIG quer debater com a categoria sobre estes fatos, a fim de que esta delibere sobre como a entidade deve organizar sua luta em defesa do reajuste.

Para tanto, convocou uma reunião ampliada para o dia **12 de setembro de 2009**, em BH (Local e horário a serem divulgados em breve), a qual servirá como ação preparatória para uma Assembléia Geral.

Para informações sobre ressarcimento das despesas com transporte, favor entrar em contato através dos telefones (31) 3025-3517 / 3025-3522

A ideia é garantir, para a reunião, a presença de um expressivo número de servidores, em especial de Delegados, para que estes, devidamente preparados e esclarecidos detalhadamente sobre todos os aspectos, possam trabalhar em suas Comarcas a participação de um grande número de servidores na Assembléia-Geral.

Com isso, evita-se Assembléia esvaziada e garante-se que a deliberação dos presentes represente efetivamente a decisão e a vontade da maioria.

# SERJUSMIG participa de debate sobre Assédio Moral na ALMG

**D**urante a manhã do dia 26 de junho, o SERJUSMIG participou da audiência pública que debateu o tema Assédio Moral, no auditório da Assembleia Legislativa de Minas.

A audiência foi solicitada à Comissão de Direitos Humanos da Casa pelo deputado Durval Ângelo (PT), que a presidiu.

De acordo com o deputado, a realização da reunião se deve às denúncias cada vez mais frequentes sobre casos de assédio moral.

Além do SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Silvestrini, foram convidados a compor a mesa para participar dos debates representantes de outras entidades sindicais, tais quais: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel); Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH); Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Judiciário de Minas Gerais, além da autora do livro "Eu... Vítima de Assédio Moral", Rosângela Moraes Antunes; do ouvidor da guarda municipal de BH e da presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

As considerações e apontamentos de cada um dos participantes levaram à compreensão de que há uma contaminação no serviço público, em todas as esferas e segmentos, por este "Inimigo Invisível" no ambiente de trabalho, como é conhecido o Assédio.

## Palestrantes falam da perversidade do Assédio

O psicólogo e Jornalista Arthur Lobato, membro da Comissão de Combate ao Assédio Moral no Trabalho - Serjusmig/Sinjus, também participou do evento, na qualidade



*A presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, cita alguns mecanismos utilizados como instrumento de Assédio Moral como, por exemplo, a avaliação de desempenho e o processo administrativo*

de representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e fez uma breve exposição acerca do Assédio Moral.

A perversidade do ato, o sofrimento da vítima - situação vivenciada e relatada pela escritora Rosângela -, restaram fartamente demonstrados.

E o pior em toda essa questão é "a institucionalização do assédio" como muito bem expôs Israel Arimar, representante do Sindibel, ao denunciar o caso em que um Servidor da Prefeitura municipal de BH teria sofrido um processo administrativo e sido punido com advertência, juntamente com as testemunhas que depuseram em favor do mesmo no caso.

Isto demonstra claramente a política dos assediadores de alcançarem seus objetivos mesmo passando por cima do direito dos trabalhadores (processo legal, ampla defesa, contraditório) e pior, até do direito do exercício da cidadania, ou seja, de reclamar, contestar, ou mesmo, de depor em cima de fatos concretos, quando isto de alguma forma contraria "interesses corporativos das cúpulas das instituições".

## SERJUSMIG critica a prática

Nesta linha de raciocínio, a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, exaltou a covardia deste processo em relação aos trabalhadores. Lembrou da trajetória de um cidadão que se dedica aos estudos, passa num concurso público difícil, entra no serviço cheio de sonhos e projetos, se dedica para superar as dificuldades de um serviço público precário, sem os instrumentos para o bom desempenho do trabalho e, além disso, se vê sujeito aos desmandos de alguém que, não podendo demitir um servidor público - por não ser ele quem paga o seu salário -, começa a persegui-lo, assediando-o moralmente, na tentativa de fazê-lo desistir deste sonho e abrir mão do emprego.

Sandra citou alguns mecanismos utilizados como instrumentos de Assédio Moral como, por exemplo, a avaliação de desempenho e o processo administrativo.

Ressaltou que o abuso do Poder é uma ferramenta de Assédio Moral que tem sido utilizada em muitos casos no Judiciário para perseguir e prejudicar um servidor em sua carreira e às vezes até para

forçá-lo a aposentar-se precocemente, pedir exoneração, ou, ser exonerado e ter que recorrer ao processo judicial para provar sua inocência e ver seus direitos reparados.

Neste contexto, além do prejuízo à carreira, à saúde psíquica e física do assediado, há também um prejuízo à própria sociedade, pois, servidores doentes tendem a naturalmente diminuir a produtividade, serem afastados em licenças para tratamento de saúde, o que gera reflexos negativos na prestação do serviço.

Vários relatos sobre casos concretos de assédio moral foram apresentados durante a audiência pública e ressaltada, por todos, a necessidade de se reforçar o combate a esta prática e de punir àqueles que nela persistam.

Diante dos fatos discutidos, Durval Ângelo propôs:

1) Que seja desenvolvido um trabalho para agilizar o encaminhamento, por parte do Governador, do projeto de lei elaborado por várias entidades do funcionalismo público mineiro - que está sob a revisão do Executivo do Estado-, sobre o qual, tão logo seja distribuído na Casa legislativa, deverá se promover um debate com as entidades;

2) Distribuir para todas as Câmaras municipais do Estado cópia da Lei Adriana Inês, aprovada em Contagem, por iniciativa do Vereador Gustavo Guibson, que regulamenta a matéria.

3) Encaminhar um requerimento à mesa diretora da Assembleia Legislativa solicitando a instauração de uma Comissão Permanente Paritária de Assédio Moral, nos moldes dos itens 3 e 4 do anexo da cartilha elaborada e distribuída pelos Sindicatos SERJUSMIG e Sinjus.

O resultado da Audiência foi muito produtivo e marca mais um passo em favor da união de forças entre entidades, parlamentares, e profissionais de diversos segmentos, em favor do respeito aos Direitos Humanos.



**Mais uma vitória****Mobilização do SERJUSMIG garante permanência das emendas já aprovadas no projeto do ADE na última Comissão da ALMG**

No dia 12 de agosto, o PL 2968/09 que institui o ADE (Adicional de Desempenho) no âmbito do Judiciário mineiro, passou por mais uma prova de fogo.

Após ter sido aprovado, com as emendas sugeridas pelo Sindicato, na Comissão de Administração Pública e estando há apenas alguns dias de ser apreciado na última Comissão da Casa (Fiscalização Financeira e Orçamentária), o TJMG enviou um ofício ao presidente da ALMG insurgindo contra as emendas de nºs: 8, 9 e 10.

Em face deste documento, o SERJUSMIG e o Sinjus, durante todo o dia 11/8, percorreram os gabinetes de vários deputados, em especial dos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, aos quais prestaram vários esclarecimentos.

**Emenda nº 8**

Os Sindicatos defenderam a emenda de nº 08, sob a justificativa de que esta, ao contrário dos argumentos do TJ, não estipula um prazo para o processamento do benefício, e sim, garante que ele é devido ao Servidor no mês subsequente à aquisição do direito.

**Emenda nº9**

Em relação à emenda de nº 09, as entidades esclareceram que o retroativo só existe em função do atraso da própria Instituição em enviar o PL à ALMG. Salientaram que o TJ jamais negou seus débitos aos magistrados, pagando-os sempre de acordo com a disponibilidade orçamentária, o que a emenda procura garantir também aos servidores.

**Emenda nº10**

Por último, os Sindicatos, no que diz respeito à emenda de nº 10, que fixa na tabela percentuais inteiros (idêntica a do MP) demonstraram que ao contrário do afirmado pelo tribunal, não diverge dos ditames da Emenda à Constituição mineira, de nº 57/03.

Para tanto, lembraram que a Emenda 57/03 apenas proibiu a concessão de adicionais meramente fixados no critério de tempo de serviço, o que não é o caso do ADE, pois, para que o servidor faça jus a este, terá que alcançar média satisfatória nas avaliações de desempenho (mínimo de 70% dos pontos distribuídos).

**Trabalho até os últimos minutos**

No dia 12/08, horas antes de se iniciar a reunião da Comissão de Fiscalização, os Sindicatos, SERJUSMIG e Sinjus, conversaram com mais alguns parlamentares a respeito da matéria.

Ao chegar ao plenarinho IV, onde o PL do ADE seria votado, o deputado Zé Maia, que, segundo informação vinha do gabinete do presidente do TJMG, transferiu a relatoria do projeto para o deputado Lafayette Andrada (com o qual as duas entidades haviam se reunido em 11/08). Este, por



*Servidores comemoram a aprovação do ADE com as emendas reivindicadas pelo Sindicato*

sua vez, emitiu parecer favorável à votação do projeto na forma do relatório aprovado na Comissão de Administração Pública, ou seja, mantendo as emendas contestadas pelo Tribunal. O relatório foi aprovado por unanimidade.

**Trabalho desenvolvido pelos Sindicatos voltou a ser enaltecido pelos deputados**

Os deputados, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, voltaram a elogiar o trabalho dos Sindicatos, o qual, na avaliação dos mesmos, tem sido decisivo e rendido bons resultados em favor dos direitos dos servidores do Judiciário mineiro.

**Projeto segue para votação em plenário**

O PL passou pelas três comissões permanentes da Casa, mas, ainda será apreciado em duas votações em plenário, nas quais as emendas podem ser mantidas, ou não. E o clima da última comissão sinaliza, MAIS DO QUE NUNCA, para a necessidade de um grande número de Servidores nas galerias do Plenário (que comportam mais de 600 pessoas), a fim de efetivamente GARANTIR a vitória neste projeto.

Assim, em continuidade à luta, é preciso manter o estado de mobilização.

Os servidores devem enviar suas mensagens agora para todos os deputados, para tanto, basta entrar no site da ALMG: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) ou no do SERJUSMIG: [www.serjuszmg.org.br](http://www.serjuszmg.org.br)

Nas mensagens é importante agradecer àqueles que, até aqui, envidaram esforços pelo aprimoramento do projeto

nas Comissões e ressaltar que, por uma questão de justiça, a votação em plenário precisa manter o texto aprovado na Comissão de Administração Pública e na de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

**Sindicatos reivindicam manutenção das emendas ao presidente do TJ**

No dia 18/8 os Sindicatos reuniram-se com presidente do TJ, Des. Sérgio Resende, e a secretária de planejamento, Maria Cecília Belo, a fim de reivindicar que o Tribunal não se oponha em relação às emendas aprovadas no Legislativo. Após as argumentações dos dirigentes sindicais, o presidente manifestou concordância com a emenda de número 10 e ficou de avaliar as de número 8 e 9.

**Comissão de Administração Pública acata emendas reivindicadas pelo SERJUSMIG**

No dia 1º de julho, o Projeto de Lei do ADE (nº2968/09) foi aprovado na Comissão de Administração Pública da ALMG.

O trabalho de convencimento realizado pelos sindicatos, SERJUSMIG e Sinjus, junto aos membros da Comissão foi fundamental para que os mesmos compreendessem as reivindicações dos sindicatos, de forma a contemplar as emendas sugeridas em defesa dos direitos servidores.

Assim, o PL foi aprovado por unanimidade com as seguintes emendas:

- O pagamento do ADE será devido no mês subsequente ao da obtenção do número de avaliações satisfatórias (e não em noventa dias posteriores como previa o projeto original);

- Será devido o pagamento do retroativo do ADE aos servidores (e não somente a partir da publicação da Lei como previa o projeto original).

- Os percentuais do ADE serão inteiros – idênticos ao da tabela do MP (e não fracionados como previsto no projeto original).



*Diretores do SERJUSMIG defendem até o último minuto as emendas de interesse dos servidores*

# SERJUSMIG fecha o 1º semestre com cerca de 40 visitas às comarcas do interior de Minas

*Nos meses de junho, julho e início de agosto, o SERJUSMIG visitou as comarcas de Curvelo, Caratinga, Pedro Leopoldo, Resplendor, Aimorés, Ibirité e Igarapé*

**D**urante o primeiro semestre deste ano, o SERJUSMIG esteve presente em quase quarenta comarcas do interior do Estado. Em todas as cidades por onde passou, os diretores puderam conhecer as condições de trabalho dos Servidores e responder às principais dúvidas destes, como o reajuste de 7,5%, ADE, Plano de Carreiras e Promoção Vertical. Além disso, vários funcionários novatos conheceram um pouco mais da história de luta da Entidade em defesa da categoria.

Embora numa primeira análise possa parecer que visitar 40 das cerca de 290 comarcas existentes é pouco, ao se avaliar a distância de muitas delas e a necessidade da presença e atuação dos diretores também nas

reuniões com as autoridades políticas mineiras para a aprovação de emendas em projetos de lei, assim como com membros do Poder Judiciário para tratar de assuntos funcionais dos direitos dos servidores, se verifica que é um número considerável.

Além disso, é preciso ressaltar que o Estado de Minas Gerais tem mais de 586 mil quilômetros de extensão, o que torna humanamente impossível percorrer todas as Comarcas ao longo de um ano.

Isto reforça o importante papel dos Encontros Regionais, onde todos os servidores têm a oportunidade de se aproximar da direção da entidade de classe, esclarecendo dúvidas, apresentando sugestões e conhecendo um pouco mais sobre o trabalho do Sindicato.

## Conselheiro Pena

Na edição 131 do Serjusmig Notícias, esquecemos de registrar a situação encontrada quando da visita do Sindicato à Comarca de Conselheiro Pena e as reivindicações dos Servidores, o que corrigimos por meio desta edição.

Dia 22 de abril, em visita à Comarca de Conselheiro Pena, o SERJUSMIG reuniu-se com o delegado sindical, Rafael Carlos de Oliveira Lemos e com o Escrivão Ademilson Carlos da Silva.

A situação da Comarca é grave, enfrentando problemas como falta de funcionários e de materiais de uso contínuo, além da grande demanda de serviço e cobrança da Corregedoria. O acervo processual atual da Comarca é de 6.700 processos, o que perfaz uma média de 1.200



*O delegado sindical, Rafael Carlos de Oliveira Lemos e o Escrivão Ademilson Carlos da Silva relatam os problemas da Comarca para o representante do SERJUSMIG*

processos para cada servidor. Quando da visita, o Sindicato encontrou equipamentos de informática em situação precária, sendo que, de 4 computadores um não estava funcionando, bem como nenhuma das impressoras. O calor no fórum é



*Faltam funcionários, materiais de escritório, enquanto a demanda de processo cresce a cada dia*

tanto que os próprios funcionários compraram 2 aparelhos de ar condicionado, com recursos próprios.

O SERJUSMIG apresentou ao TJMG a situação e a reivindicação dos Servidores de Conselheiro Pena de instalação de mais uma Vara.

## Pedro Leopoldo

No dia 14 de julho, durante o encontro com os servidores da Comarca, o funcionário do SERJUSMIG, Franklin Almeida, esclareceu dúvidas sobre: ADE, PV, Plano de Carreira, substituição, quinquênio, férias prêmio, aposentadoria, remoção, permuta, reajuste, dentre outros.



*O funcionário do SERJUSMIG, Franklin Almeida, informa aos servidores sobre os principais assuntos de interesse dos servidores*

## Aimorés e Resplendor

O vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, visitou no dia 11 de julho, as Comarcas de Aimorés e Resplendor, respectivamente, tendo aproveitado a oportunidade para conhecer as condições de trabalho nessas, esclarecer algumas dúvidas dos Servidores e colher sugestões.



*À esquerda, o 2º vice-presidente, Rui Viana, em visita a Comarca de Aimorés*

*À direita, servidores da Comarca de Resplendor recebem a visita do vice-presidente, Rui Viana*



**Ibirité**

A Comarca de Ibirité pede socorro. No Fórum, instalado em um prédio cedido pela Prefeitura, os Servidores passam por momentos difíceis. O prefeito solicitou ao TJMG a devolução do prédio, e, enquanto isso não acontece, talvez para apressar a desocupação, a prefeitura realiza uma obra de construção de um estacionamento e banheiro público na porta de entrada do fórum. Poeira, barulho, falta de ventilação e iluminação são apenas alguns dos transtornos causados pela obra.

As instalações internas também são precárias. Extremamente mal instalados, os Servidores dividem o pouco espaço que resta com pilhas



*Diretores do SERJUSMIG verificam as condições de trabalho dos servidores da Comarca de Ibirité*

de processos. Dividem-se em duplas nas mesas, um de frente para o outro.

O prédio não garante nenhuma segurança, havendo, inclusive, um lote vago nos fundos que oferece grande perigo, face ao pequeno tama-



*A presidente, Sandra Silvestrini, os vices, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, ao lado dos servidores, Alípio de Faria Braga (Delegado) e Patrícia Moreira Orly (Subdelegada)*

nho do muro que o separa do fórum. Ademais, o arquivo onde são guardados processos e outros materiais, guarda também armas apreendidas.

Um tanque, no terreiro do



*Faixa do Fórum ocupada por obras da prefeitura*

prédio, serve como cozinha para os Servidores. Faltam Servidores, equipamentos, espaço físico e condições de trabalho e sobra serviço, foi o que pôde constatar o Sindicato.

A situação foi relatada pelo SERJUSMIG ao TJMG e também à ALMG, na audiência pública do dia 13 de agosto.

**Curvelo**

Acompanhados da delegada Sindical do Serjusmig na Comarca, Joyce Aparecida Martins Moreira Valadares, a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, além dos vices Luiz Fernando Souza e Rui Viana e do funcionário Franklin, percorreram todas as Secretarias do Fórum, co-



*Servidores da Comarca de Curvelo também receberam a visita da presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini, além dos vices Luiz Fernando Souza e Rui Viana, no dia 2 de julho*



nhecendo as instalações e prestando informações a todos os Servidores sobre o andamento dos trabalhos do Sindicato. O fórum da Comarca, para felicidade do SERJUSMIG, é muito bem estruturado, oferecendo espaço físico adequado ao desempenho das atividades dos Servidores.

**Caratinga**

No dia 16 de junho, o vice-presidente do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza, visitou a Comarca de Caratinga e, infelizmente, constatou problemas que se repetem aos de várias outras comarcas do Estado: falta espaço físico nas secretarias, móveis antigos e quebrados, equipamentos de informática estragados e velhos.

Aproveitando o encontro, o diretor esclareceu algumas dúvidas dos servidores sobre os principais assuntos de interesse da categoria.



*Servidores relatam sobre os problemas na Comarca*



*O vice-presidente, Luiz Fernando Souza, esclarece as dúvidas dos servidores e faz um breve relato sobre os principais assuntos de interesse da categoria*

**Igarapé**

A pedido da delegada sindical, Vânia Alves Ramos, o SERJUSMIG foi até a Comarca de Igarapé levar esclarecimentos sobre a importância da ginástica laboral para preservar a saúde dos servidores. Os vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana foram acompanhados da fisioterapeuta Sânia Souza. Aproveitando a oportunidade, os vices passaram alguns informes sobre assuntos de interesse dos servidores, tais quais: reajuste e ADE.



*Os vice-presidentes, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, esclarecem as dúvidas dos servidores*



*A fisioterapeuta Sânia Souza fala aos servidores sobre a importância da ginástica laboral*

# 1ª Caminhada SERJUSMIG pela Saúde é um grande sucesso

A 1ª Caminhada SERJUSMIG pela Saúde, organizada pela entidade, reuniu na manhã de sábado (1º/8), no SESC/Contagem, cerca de 50 servidores de várias Comarcas, além de frequentadores do próprio SESC.

Caminhada, alongamentos, ginásticas recreativas, quick-massage, orientações nutricionais, aferição de pressão e análise sanguínea foram algumas das atividades e serviços oferecidos aos participantes.



*Confraternização, descontração e saúde*



*Uma pausa na caminhada para uma massagem relaxante!*



*O alongamento após uma hora de caminhada*

Durante a caminhada de uma hora, os participantes deram várias voltas numa pista de aproximadamente 600 metros. Vários colegas conseguiram concluir seis voltas, outros chegaram à marca de 9 voltas.

O importante é que todos puderam aproveitar o momento, aliando a prática saudável do esporte ao ambiente de muita integração, lazer e descontração.

Ao final, uma farta mesa com frutas e sucos foi oferecida aos

servidores, os quais comemoraram o momento com uma salva de palmas e certamente retornaram para seus lares com mais energia e disposição.

## Resultado da PV 2006 é adiado

De acordo com informações obtidas pelo SERJUSMIG junto à presidente da Comissão responsável pelo processamento de Promoção Vertical, Zeneida Rena Pereira, devido ao grande volume de inscrições de servidores, e ainda, a falta de informações sobre alguns candidatos à classe B do cargo de Oficial de Apoio, não foi possível publicar o resultado do processo relativo ao ano de 2006 no prazo inicialmente programado (30/6).

Por tal motivo, a comissão solicitou a prorrogação do calendário inicial, da seguinte forma: o resultado relativo à PV 2006 deverá ser publicado em 15/09; o referente a 2007 continua dentro da data prevista inicialmente (dezembro) e 2008, que estava previsto para ser publicado em dezembro (junto com o resultado de 2007), sairá em fevereiro de 2010.

Zeneida reiterou o empenho dos membros da Comissão para terminar o trabalho, justificando que, embora todo o esforço, foi humanamente impossível concluir os trabalhos relativos a 2006

dentro do prazo previsto inicialmente.

O SERJUSMIG espera que o cronograma seja cumprido, a fim de que, em agosto de 2010 sejam publicados, conforme Resolução 367/01, os editais relativos aos anos de 2009 e 2010, colocando, assim, em dia a carreira dos Servidores.

### TJ retifica edital da PV

O TJMG publicou no dia 10/7 a retificação do edital nº2 da Promoção Vertical, com a relação das comarcas onde houve alteração no apontamento de vagas - com acréscimo ou eliminação - à classe "B" do cargo de Oficial de Apoio Judicial. O prazo para inscrição encerrou-se no dia 24.07.

A presidente da COMPROVE, Zeneida Rena, informou ao SERJUSMIG que a Comissão encaminhou ofício a todos os diretores dos Fóruns das Comarcas envolvidas, dando ciência sobre a retificação do edital. O SERJUSMIG também divulgou a retificação através do site e boletins.

## TJ aprova ampliação da licença-maternidade para 180 dias

Após uma longa espera, finalmente, na tarde do dia 8/7, a Corte Superior do TJMG aprovou a ampliação da licença-maternidade para as servidoras do Judiciário mineiro.

Por 20 votos a 4, os desembargadores entenderam que não seria necessário aguardar aprovação de projeto de lei para a aplicar o benefício às servidoras do Judiciário de Minas, seguindo o exemplo de vários outros Órgãos estaduais e federais.

Desta forma, no dia 10 de julho o Tribunal publicou a resolução nº 605/2009 regulamentando a ampliação da licença-maternidade para 180 dias.

### Mais uma conquista

Desde o final de 2008 o SERJUSMIG vem, reiteradamente, reivindicando a ampliação da licença-maternidade para as servidoras do TJMG. Foram diversos ofícios encaminhados ao presidente, reuniões e apresentação de um pedido administrativo (nº. 0000640046200815).

O apoio do presidente do TJ, posicionando-se de forma favorável à reivindicação no momento da votação, foi fundamental para que a Corte Superior aprovasse a ampliação do benefício às gestantes da justiça mineira.

# Regional Manhuaçu sedia encontro do SERJUSMIG

**Mais uma edição do Encontro Regional, “Serjusmig, eu integro esta Força”, aconteceu no sábado (27/6), na Cidade de Manhuaçu. Além dos servidores lotados na comarca que sediou o evento, também estiveram presentes colegas das comarcas de Abre Campo, Carangola, Caratinga, Espera Feliz, Ipanema, Manhumirim, Mutum, Raul Soares e Rio Casca**

Cumprindo a programação do evento, os participantes obtiveram por parte da presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini e do 1º vice-presidente, Luiz Fernando Souza, esclarecimentos sobre diversos temas de interesse da categoria, em especial sobre a implementação da segunda parcela do reajuste da categoria (7,5%); as parcelas retroativas da URV; o direito de greve dos Servidores públicos; a proposta de alteração do Plano de Carreiras apresentada pela Ejef; o Projeto do ADE (Adicional de Desempenho) e a PEC 190/2007 - que determina que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Judiciário, além das Ações Judiciais patrocinadas pelo SERJUSMIG.

A palestra proferida pelo jornalista e psicólogo Arthur Lobato, como sempre, despertou muito interesse nos participantes. Mesmo os servidores que atualmente não enfrentam situação de assédio moral em suas comarcas, quiseram compreender o assunto, para estarem aptos a se prevenir contra o problema e evitar, ainda na raiz, que tenham que vir a lidar com esse mal em seus locais de trabalho.

O 2º vice-presidente do SERJUSMIG, Rui Viana, além de pontuar as ações que vêm sendo desenvolvidas pela entidade no combate e prevenção ao assédio moral, renovou aos servidores o convite para se inscreverem no concurso de monografias promovido pelo Sindicato em parceria com outras entidades de classe, cujas informações estão disponíveis no site [www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br).

O evento contou ainda com as palestras da fisioterapeuta Sânia de Souza, que ensinou aos servidores cuidados que devem



*Servidores de várias comarcas da Regional prestigiam o evento*



*Presença expressiva e demonstrações de muito interesse e compromisso com as causas da categoria*



*Diretores do Sindicato e servidores acompanham a palestra professor Júlio Machado, que falou sobre Consciência e Mudança de Comportamento*



*Um momento de descontração e confraternização*



*Ao final, servidores parabensam o sucesso do evento*

ter com a saúde mesmo durante o horário de trabalho, por meio da Ginástica Laboral, e do professor Júlio Machado, que falou sobre Consciência e Mudança de Comportamento, convidando os servidores a refletirem sobre a necessidade de compreenderem melhor que tipos de alimentos pedem o corpo e a alma.

Os certificados de participação, que podem ser utilizados para contagem de pontos da Promoção Vertical, serão envia-

dos, em breve, aos participantes.

## Servidores novatos prestigiam o evento

Tal qual aconteceu no Encontro realizado em Governador Valadares, também em Manhuaçu os servidores aprovados nos últimos concursos do TJMG (2003 e 2006) deram um show de participação.

Com presença expressiva e demonstrações de muito interesse e compromisso com as causas da categoria, os novos companheiros e companheiras de luta deram um brilho especial ao evento.

Além da presidente e vice-presidentes do Sindicato, o Encontro contou ainda com a presença do conselheiro fiscal, Antônio Anselmo de Sousa, e da diretora de relações públicas, promoções e eventos, Simone Salgado.

## Encontro na Regional em Poços de Caldas

No último dia 29 de agosto, aconteceu mais uma edição do Encontro Regional “SERJUSMIG, eu integro esta força”, em Poços de Caldas.

A cobertura completa deste evento será divulgada na próxima edição do Serjusmig Notícias.

## Próximos Encontros

As duas últimas regionais que irão sediar o Encontro são Montes Claros e Teófilo Otoni. Tão logo as datas estejam definidas, o SERJUSMIG irá divulgar aos servidores.

Não deixe de participar do Encontro na sua Regional. Lembre-se que este é um espaço democrático e importante para o debate com o seu sindicato!

## PEC 190

# SERJUSMIG une forças em favor da PEC 190

**N**a quinta-feira (13/8), o SERJUSMIG esteve em Brasília para, dentre outras providências, unir forças a outras entidades em favor da aprovação da PEC 190 - que busca instituir o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário e, por conseguinte, a unificação de carreiras e salários da categoria.

Durante os dias 12 e 13, representantes de várias entidades sindicais percorreram os gabinetes dos deputados em Brasília a fim de solicitar aos líderes dos partidos a indicação de deputados para a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 190/2007.

Conforme matéria veiculada no site da Fenajud, o deputado Manoel Júnior (PSB-PB) reafirmou o compromisso para com a PEC e ressaltou que apesar de regimentalmente os líderes partidários já terem perdido o prazo para indicar seus deputados, politicamente não é conveniente - pelo menos por agora - que o presidente Temer indique



*Vice-presidentes do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza e Rui Viana, o advogado do Sindicato, Dr. Guilherme Versiani, o diretor da Fenajud, Josafá Ramos, juntos ao deputado federal, Elismar Prado*

os deputados. Com isso Manoel Jr. recomendou que os sindicalistas retornassem aos líderes partidários cobrando a indicação dos deputados.

Os vice-presidentes do SERJUSMIG, Rui Viana da Silva e Luiz Fernando Souza, conseguiram audiência com o deputado petista Elismar Prado, o qual convidaram para compor a Comissão Especial. O Deputado imedia-

tamente afirmou seu apoio e pediu à líder Vacarezza sua indicação.

O SERJUSMIG convoca os servidores a acompanharem a tramitação da PEC 190/2007 no site [www.serjuzmig.org.br](http://www.serjuzmig.org.br) e a enviarem e-mails aos deputados federais solicitando a votação urgente da PEC 190.

Em tempo: No dia 4/8, a presidente da Fenajud, Maria José Silva (Zezé),

protocolou, em Brasília, pedidos de Nota Técnica sobre a PEC 190 dirigidos ao Ministro Tarso Genro, por parte do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário e à Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef.

Tais pedidos de nota técnica foram frutos de conversas recentes mantidas pela presidente Zezé na Secretaria da Reforma do Judiciário com o Assessor Wagner Souza e com o Secretário Rogério Fraveto, quando estes se dispuseram a analisar a PEC e emitir Nota Técnica tal como aconteceu com o Conselho Nacional de Justiça. Na oportunidade, naquele Ministério sugeriram que o mesmo pedido fosse dirigido à Ministra Dilma Roussef.

A Fenajud continua aguardando a confirmação da audiência com o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. César Britto, para que o mesmo solicite ao Conselho a emissão de nota técnica, tal como já havia sinalizado anteriormente para o Diretor da Fenajud, Josafá Ramos.

## PEC 270

## Definidos os membros da comissão especial para analisar o mérito da proposta

No dia 30 de junho, foram definidos os membros da comissão especial que irão analisar o mérito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 270/2008, que institui proventos integrais aos aposentados por invalidez permanente. São alguns deles: Presidente: Osvaldo Reis (PMDB/TO); 1º Vice-Presidente: Antônio Carlos Biffi (PT/MS); 2º Vice-Presidente:

Mauro Nazif (PSB/RO); 3º Vice-Presidente: Germano Bonow (DEM/RS); Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Veja a lista completa com todos os nomes e endereços eletrônicos dos parlamentares no site do SERJUSMIG.

A PEC 270 está na Comissão Especial e esta tem 10 sessões ordinárias, a partir de 01/7/2009, para receber emendas à

proposta.

Vale lembrar que a PEC ainda passará pelos plenários da Câmara e do Senado. Portanto, os servidores aposentados por invalidez ou aqueles enquadrados nas situações previstas na Proposta devem encaminhar mensagens aos e-mails dos deputados solicitando a aprovação urgente da proposta.



# Aposentadoria dos novos servidores

Na minha coluna anterior abordei as duas regras de aposentadorias integrais e com paridade, que têm direito os servidores admitidos até 31-12-2003 (Emenda Constitucional 41) e aqueles admitidos até 16-12-1998 (Emenda Constitucional 47). Nesta coluna trato do direito à aposentadoria dos novos servidores, que foram admitidos com o concurso público.

## Servidores admitidos a partir de 31/12/2003

Inicialmente, uma observação: o servidor que foi aprovado no concurso público do Tribunal de Justiça, se já era servidor em 31-12-2003, seja de um município ou de outro setor do próprio Estado, se não teve interrupção por algum vínculo privado, permanece com os direitos do antigo sistema de previdência: a aposentadoria integral e a paridade.

## Já para os servidores que iniciaram a carreira pública a partir de 31/12/2003, as regras da previdência mudaram bastante:

a) poderá ser fixado para eles um teto de benefícios igual ao do INSS (de

R\$ 3.218,90), desde que seja criada a previdência complementar;

b) para esses servidores não será concedida mais a aposentadoria integral nem a paridade;

c) a aposentadoria será concedida pela regra permanente aos: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher; e para ambos os sexos serão exigidos dez anos de serviço público e cinco anos no cargo;

d) esta aposentadoria será calculada pela média salarial, atualizada monetariamente, desde julho de 1994 e será corrigida pelo INPC;

e) Além da aposentadoria pela regra permanente, os novos servidores farão jus à aposentadoria por idade (aos 65 anos, se homem e aos 60 anos, se mulher), compulsória e por invalidez, sendo todas elas calculadas pela média das remunerações a partir de julho de 1994 e corrigidas pelo INPC; d) os dependentes dos servidores farão jus também a outros benefícios, como no caso da pensão por morte.

Existe muita confusão nesta questão. Muitos consideram que para os novos servidores já existe teto de aposentadoria. Na verdade, os novos servidores estão numa espécie de vácuo legislativo: não têm direito ao

velho sistema de previdência, que foi revogado para eles; mas também não se enquadram plenamente no novo modelo de previdência, com teto de benefícios semelhante ao INSS e previdência complementar, que não foi ainda regulamentado em praticamente nenhum Estado.

Ou seja, estes servidores não têm direito à aposentadoria integral, mas não são submetidos ao teto de aposentadoria. Neste caso, vale o seguinte: o benefício será calculado pela média salarial, retroativa a julho de 1994, tendo como limite a última remuneração. Exemplo: se um servidor recebe R\$ 7.000,00 e a média der R\$ 6.000,00 será este o valor da aposentadoria. Se a média ficar em R\$ 7.500,00, o valor da aposentadoria será a última remuneração (7.000,00). Ou seja, o valor da aposentadoria será a média salarial ou a última remuneração, o que for pior.

## Plantão telefônico

Estou diariamente à disposição dos associados do Serjusmig e de seus familiares num plantão telefônico, de 9 às 11:30 horas. O telefone para contato é: 31-3391.3623.

## GRIFE A

# TJMG atende reivindicação do SERJUSMIG e afasta gestantes das atividades no Judiciário mineiro

No dia 13/8, o SERJUSMIG protocolou um ofício no TJMG solicitando ao presidente do Órgão o afastamento preventivo das servidoras gestantes (consideradas grupo de risco pelo próprio Ministério da

Saúde) das atividades no Judiciário mineiro devido a proliferação do vírus da nova Gripe.

No ofício, o Sindicato ressaltou que outros Tribunais e Poderes do País já tomaram esta medida preventiva, afastando as

servidoras gestantes das atividades no serviço público, a fim de proteger não só às mesmas, mas também seus bebês.

No dia 19, foi publicado, no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe), a decisão de afastamento

das servidoras gestantes até o dia 31/08.

Com esta medida, o TJMG proporciona maior tranquilidade a essas Servidoras, além de protegê-las, efetivamente, de um eventual contágio.

## Prestação de Contas

Junho-Julho-Agosto/2009

O SERJUSMIG traz neste espaço a prestação de contas de todos os informativos, jornais, correspondências e fax enviados aos delegados sindicais durante os meses de junho, julho e agosto de 2009, para ciência dos servidores de suas comarcas.

Na edição 131º do "SERJUSMIG Notícias" foram destaques: o lançamento do 1º Concurso de Monografias do Núcleo Intersindical de Humanização do Trabalho; Encontro Regional de Governador Valadares; reunião com a Ejef para reivindicar definições sobre assuntos de interesse da categoria; a regulamentação da aplicação de pena em Processo Administrativo; a nomeação do diretor do SERJUSMIG no grupo Gestor do Programa de Sustentabilidade do TJMG; o alerta do SERJUSMIG quanto às mudanças no Plano de Carreiras; a aprovação do projeto do ADE na comissão de Constituição e Justiça; a denúncia sobre as péssimas condições de trabalho dos servidores em comarcas do interior; o resultado da Assembléia Geral Extraordinária onde foram aprovadas propositura de três ações judiciais e a criação de

um fundo reserva; a reunião com o presidente do TJ para tratar de assuntos de interesse dos servidores e a denúncia sobre as sérias dificuldades enfrentadas pelos servidores das Varas de Sucessões de BH.

### Informativos

**Informativo 524** - SERJUSMIG convoca os servidores para a votação do ADE na comissão de Administração Pública e comunica o adiamento do resultado da PV 2006.

**Informativo 525** - SERJUSMIG promove a Primeira Caminhada pela Saúde

**Informativo 526** - SERJUSMIG mobiliza servidores quanto aprovação urgente do ADE

**Informativo 527** - Em parceria com Anamages, o SERJUSMIG oferece 50 bolsas de estudos para os servidores sindicalizados.

## NOTAS

### Arraiá do Fórum de Sete Lagoas é sucesso total

Com o objetivo de promover a integração, os serventuários da comarca de Sete Lagoas realizaram o Arraiá do Fórum de Sete Lagoas, no dia 26 de junho, regado a muita alegria e descontração.

Segundo relatos dos colegas que participaram do evento, a festa foi muito divertida e animada!



Animação e descontração durante festa junina da Comarca de Sete Lagoas



A Psicóloga Judicial da Comarca de Ipatinga, **Maria Cione Chrisóstomo**, deseja permutar para Uberlândia. Os interessados podem entrar em contato através dos telefones (31) 3826 1475 ou (31) 9966 92 00.

### Oficial de Justiça é homenageado no Gente Expressão de Minas Gerais 2009

O Oficial de Justiça aposentado, Escandar Nagib Borjaili, será homenageado no mês de agosto na Nona edição da Noite Dourada da Sociedade Mineira - Gente Expressão 2009.

Escandar Nagib foi indicado por sua atuação e importância no contexto da sociedade mineira, na categoria Direito/Advocacia. Desta forma, no dia 29 de agosto, em ato solene para a entrega do Título Gente de Expressão de Minas Gerais, o Oficial de Justiça será condecorado e receberá o certificado de Gente Expressão 2009.

O SERJUSMIG parabeneza Escandar por sua brilhante atuação em prol dos direitos da sociedade mineira.



Escandar Nagib Borjaili

### Falecimento

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SERJUSMIG lamentam profundamente o falecimento do Oficial de Justiça aposentado da comarca de Betim, **Afonso Maria de Oliveira**, ocorrido no dia 01/07/09 e do Oficial de Apoio Judicial, **Anísio Pereira Xavier Júnior**, da comarca de São Gotardo.

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do SERJUSMIG lamentam profundamente o falecimento de **Eunice Gomes de Souza**, mãe da Assistente Social e diretora social do SERJUSMIG, **Ana Maria Gomes de Souza**, que faleceu no último dia 1º de agosto.



Billy Alexander

**SERJUSMIG**  
NOTÍCIAS

Sindicato dos Servidores da Justiça de  
1º Instância do Estado de Minas Gerais  
Av. Amazonas, 2.086 - Barro Preto  
30180-003 Belo Horizonte - MG  
www.serjuszmg.org.br  
E-mail: serjuszmg@serjuszmg.org.br

Fone: (31) 3025-3500



IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO Nº  
7317396502  
ECT - DR / MG  
SERJUSMIG